



PARECER EM 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 43/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 43/2021 de autoria dos nobres Vereadores Irlan Melo e Professora Marli, que ***"Dispõe sobre a política de atenção integral à saúde das pessoas com doenças raras no Município"***.

Em primeiro turno, o referido Projeto foi encaminhado às Comissões de **Legislação e Justiça**, de **Saúde e Saneamento**, de **Administração Pública** e de **Orçamento e Finanças Públicas**, nos termos regimentais como se depreende do despacho de recebimento constante às fls. 28 dos autos da proposição em análise.

Na **Comissão de Legislação e Justiça** o projeto recebeu o parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade com apresentação de emenda.

Na **Comissão de Saúde e Saneamento**, o projeto recebeu o parecer pela aprovação.

Na **Comissão de Administração Pública** não houve designação de relator dentro do prazo da Comissão, nos termos das fls. 46.

Na **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas** o relator não emitiu parecer, conforme fls. 53.



Seguindo o trâmite legislativo, o Projeto foi levado a votação ao Plenário dessa casa, sendo aprovado em primeiro turno.

Tendo em vista a apresentação das emendas 1 e 2, o projeto retornou às comissões para a emissão dos devidos pareceres em 2º turno.

Fui designado relator para exame da matéria na Comissão de Legislação e Justiça e nessa condição, emito o presente voto nos termos do art. 52, I, "a" e em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) FUNDAMENTAÇÃO

A emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 43/2021 foi apresentada pela Comissão de Legislação e Justiça, na mesma ocasião da apreciação e aprovação de seu parecer. Seu objetivo é o de suprimir o art. 6º do Projeto.

Já a emenda nº 2 de autoria do nobre vereador Wesley, tem também por objetivo a supressão de dispositivo, nesse caso, o art. 8º do Projeto.

Sem adentrar no mérito das questões que envolvem a análise das demais comissões desta casa, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional**, **legal** e **regimental** das emendas apresentadas.

No caso das presentes emendas, para que as mesmas sejam consideradas constitucionais, as mesmas devem através das alterações que pretendem, corrigir eventuais problemas de constitucionalidade, legalidade ou regimentalidade existentes no Projeto.



Ainda, há de se cuidar que pelas alterações sugeridas pelas emendas não seja produzido efeito contrário, isto é, que a intervenção não provoque qualquer inconstitucionalidade, ilegalidade ou antirregimentalidade em vez de saná-las.

1.1) Da Constitucionalidade

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de



iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

No caso das presentes emendas, para que as mesmas sejam consideradas constitucionais, as mesmas devem se sujeitar aos ditames da norma superior de nosso país bem como, através das alterações que pretendem, serem eficazes em corrigir eventual inconstitucionalidade existente no Projeto.

Ainda, há de se cuidar que pelas alterações sugeridas pelas emendas não seja produzido efeito contrário, isto é, que a intervenção não provoque qualquer inconstitucionalidade em vez de saná-la.

Ambas as emendas estão de acordo com as regras constitucionais, em conformidade com as regras de competência presentes na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

A respeito da Emenda 1, como já mencionado, a mesma tem por objetivo a supressão do art. 6º do Projeto de Lei 43/21:

Art. 6º - Compete ao Município, no âmbito da rede pública de saúde:

I - pactuar as ações e os serviços necessários para a atenção integral das pessoas com doenças raras;



II - planejar e programar as ações e os serviços de atenção para doenças raras, assim como o cuidado das pessoas com doenças raras, considerando-se sua base territorial e as necessidades de saúde locais;

III - organizar as ações e os serviços de atenção para doenças raras, assim como o cuidado das pessoas com doenças raras, considerando-se os serviços disponíveis no Município;

IV - planejar e programar as ações e os serviços públicos de saúde necessários para atender as pessoas com doenças raras;

V - realizar regulação visando à garantia do atendimento local às pessoas com doenças raras, de acordo com as necessidades de saúde;

VI - realizar a reptação entre os componentes da rede de atenção à saúde, com definição de fluxos de atendimento à saúde para fins de controle do acesso e da garantia de equidade, promovendo a otimização de recursos segundo a complexidade e a densidade tecnológica necessárias à atenção à pessoa com doenças raras, com sustentabilidade do sistema público de saúde;

VII - implantar o acolhimento e a humanização da atenção de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH;

VIII - analisar os dados municipais relativos às ações de prevenção e às ações de serviços prestados à pessoa com doenças raras, produzidos pelos sistemas de informação vigentes, e utilizá-los de tonta a aperfeiçoar o planejamento das ações locais e a qualificar a atenção da pessoa com doenças raras;

IX - definir os estabelecimentos de saúde que ofertam ações de promoção e prevenção e que prestam o cuidado à pessoa com doenças raras, no âmbito da rede pública de saúde;

X - garantir apoio psicológico à pessoa com doenças raras e aos seus familiares e cuidadores;

XI - programar ações de qualificação para profissionais e trabalhadores de saúde para o desenvolvimento de competências



e de habilidades relacionadas às ações de prevenção e de controle das doenças raras;

XII - promover campanhas de informação à população acerca das doenças raras, especialmente sobre os sintomas, o diagnóstico precoce, o tratamento e o acesso ao atendimento integral à saúde.

Temos que o art. 6º do presente PL cria atribuições para o Poder Executivo, incorrendo em indevida ingerência nesse Poder, implicando na transgressão ao princípio da harmonia, separação e independência dos Poderes conforme preconizado pelas Constituições Federal e Estadual:

Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Constituição Estadual:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Essa conclusão está em sintonia com o princípio da simetria, que determina que os Estados e os Municípios sujeitem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de



aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Observamos a aplicação do referido princípio nos seguintes dispositivos da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH, respectivamente:

Constituição Mineira:

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III – do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos **demais órgãos da Administração Pública**, respeitada a competência normativa da União;

LOMBH:

Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II - do Prefeito:

d) **a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública**, exceto as da Defensoria do Povo;

Ambos dispositivos guardam simetria com a seguinte determinação da Magna Carta:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da



República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Verifica-se assim, que nos termos do princípio da separação dos poderes, a Lei Orgânica e a Constituição Estadual, perfilhando as diretrizes da Constituição Federal, atribuem a um Poder competências próprias, insuscetíveis de invasão por outro.

Assim, o art. 6º do Projeto de Lei 43/2021 é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional por conter vício de iniciativa por violar o princípio da separação de poderes, sendo assim inconstitucional.

Assim, temos que a emenda nº 1 cumpre seu papel ao sanar um vício de constitucionalidade material encontrado no Projeto em análise, promovendo seu saneamento e nesses termos, ***reputamos a emenda nº 1 como constitucional***.

No que tange à emenda nº 2, a mesma intenta suprimir o art. 8º do PL 43/2021:

Art. 8º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de sua publicação.



Vejamos o que diz a Constituição Federal sobre o tema:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como **expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução**;

E na Constituição Estadual:

Art. 90 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

VII - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e, **para sua fiel execução, expedir decretos e regulamentos**;

E por fim, em nossa Lei Orgânica:

Art. 108 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

VII - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e, **para sua fiel execução, expedir decretos e regulamentos**;

Observa-se que nenhum dos entes federativos determina prazo mínimo ou máximo para que os respectivos Poderes Executivos expeçam decretos ou regulamentos para a fiel execução das leis promulgadas.

Temos que a Administração Pública é dotada de poderes administrativos para a realização de suas atividades, que constituem verdadeiros instrumentos de trabalho a serem utilizados pelo administrador, sempre com vistas ao atendimento do interesse público.

Umas das grandes distinções que se fazem entre os poderes administrativos, à qual se atribui o maior relevo, é o que os separa em poderes vinculado e discricionário.



Nos dizeres de Hely Lopes Meirelles:

“Poder vinculado é aquele que o direito positivo – a lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e os requisitos necessários à sua formalização.”

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo, Ed. Malheiros)

Já o poder discricionário, que está sendo efetivamente tratado aqui, é para o conceituado pelo prestigiado autor:

“É o que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.”

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo, Ed. Malheiros)

Como se sabe, o princípio da legalidade impõe que a Administração atue sempre em estrita obediência à lei. Contudo, sempre se reconheceu a necessidade de, em determinadas situações, deixar-se ao agente público liberdade de ação quanto à opção por uma dentre várias soluções ou alternativas, segundo critérios de conveniência e oportunidade.

E assim é em relação ao momento para a regulamentação de uma lei. Não estamos dizendo aqui que o Poder Executivo possa se furtar a sua responsabilidade por tempo indeterminado, sob pena de tornar a lei ineficaz em razão da ausência do ato regulamentador (surgindo até mesmo a possibilidade da configuração do crime de prevaricação), mas que não pode o Poder Legislativo impor prazo tal regulamentação.



Assim, a determinação de prazo para o Poder Executivo regulamentar uma Lei, trata-se de verdadeira usurpação da atribuição do Prefeito Municipal de verificar, em consonância com a conveniência e oportunidade, o momento mais adequado para edição do ato administrativo.

Verifica-se tal entendimento presente nas seguintes jurisprudências:

“No caso, no entanto, o preceito legal marca prazo para que o Executivo exerça a função regulamentar de sua atribuição, o que ocorre amiúde, mas não deixa de afrontar o princípio da independência e harmonia entre os poderes. A determinação de prazo para que o Chefe do Executivo exerça função que lhe incumbe originariamente, sem que expressiva de dever de regulamentar, tenho-a por inconstitucional.”

(STF, ADI 3.394-AM, Tribunal Pleno, Rel. Min. Eros Grau, 02-04-2007)

“DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI COMPLEMENTAR Nº 957/2014, DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, DE INICIATIVA PARLAMENTAR – FIXAÇÃO DE PRAZO RÍGIDO PARA REGULAMENTAÇÃO PELO EXECUTIVO INADMISSIBILIDADE - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – ENTENDIMENTO DESTE ÓRGÃO ESPECIAL - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA APENAS DA EXPRESSÃO “NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA SUA PUBLICAÇÃO” CONTIDA NO ARTIGO 2º, DA LEI MUNICIPAL - AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE” (TJSP, ADI 2178107-08.2018.8.26.0000, j. 07/11/18, Relator Des. Ferraz de Arruda)

Por essas razões, entendemos que a supressão promovida pela emenda nº 2 se presta aos seus fins, **sendo portanto, constitucional.**



1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas, devem ser congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal, estadual (Minas Gerais) e municipal.

Tendo em vista tais requisitos, temos que ambas emendas se apresentam adequadas e não contrariam qualquer dispositivo do nosso ordenamento jurídico e desta forma, assevero pela **legalidade** das emendas nº 1 e nº 2 ao Projeto de Lei 43/2021.

1.3) Da Regimentalidade

Ultrapassadas as questões anteriores, as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 43/2021 estão instruídas corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa.

Por não apresentar quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, as emendas nº 1 e nº 2 são **regimentais**.



2) CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer e voto são *pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** das emendas nº 1 e nº 2 ao **Projeto de Lei nº 43/2021**.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2021.


Vereador Jorge Santos

Relator



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 139/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 139/2021 de autoria dos nobres Vereadores Bim da Ambulância e Léo, que "**Reconhece o wheeling e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no Município de Belo Horizonte e dá outras providências**".

Nos termos do despacho de recebimento às fls. dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 139/2021 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 139/2021 alvo deste parecer, tem por objetivo reconhecer a prática do "**wheeling**", que consiste na realização de manobras e acrobacias de solo sobre duas rodas bem como outras práticas que se assemelhem às exibições típicas do seguimento, em locais a serem devidamente destinados para a prática dessa atividade no Município de Belo Horizonte.

Proj. de Lei nº 139/2021 - Comissão de Legislação e Justiça - 25-04-2021 - 13:21 - 000039-1/2



Em suma, os Autores do PL justificam sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“Consiste a modalidade esportiva *wheeling* na realização de manobras e acrobacias de solo sobre duas rodas, nas quais força e equilíbrio são exigidos ao máximo dos praticantes.

(...)

Popularmente conhecida como "grau", a prática em via pública é tipificada como infração de trânsito gravíssima, e assim deve permanecer, pois praticada sem as devidas cautelas coloca em risco a vida de quem pratica e a de terceiros.

Entretanto, enquanto modalidade esportiva vem crescendo a cada dia e merece atenção e estímulo do Poder Público. No Brasil, o esporte começou a ficar popular nos anos 90, existindo atualmente muitos praticantes no país.

(...)

A proposta é reconhecer essa modalidade esportiva em Belo Horizonte e trazer mais uma oportunidade de esporte e lazer, negócios e turismo para a capital mineira.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar os Vereadores Bim da Ambulância e Léo pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.



Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 139/2021.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.



A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 139/2021, primeiramente sob o foco da **iniciativa** para elaboração do mesmo.

No art. 30 da **Constituição Federal**, verificamos a competência do Município para tratar das seguintes matérias:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;



Já na **Constituição do Estado de Minas Gerais**, temos as seguintes competências atribuídas aos Municípios:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação;

Art. 171 - Ao Município compete legislar:



I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

b) o planejamento do uso, parcelamento e ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do plano diretor;

II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:

c) educação, cultura, ensino e desporto;

Assim, verifica-se não existe vício de iniciativa, uma vez que o Projeto está respaldado pelos citados dispositivos constitucionais em nível federal e estadual que conferem ao Município a legitimidade para deflagrar o processo legislativo no tocante ao desporto.

No que tange à análise quanto ao aspecto material da constitucionalidade, temos que no art. 37º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da eficiência:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte:

Semelhantemente, a Constituição do Estado de Minas Gerais também adota o referido princípio como fundamento:

Art. 13 - A atividade de administração pública dos Poderes do Estado e a de entidade descentralizada se sujeitarão aos



princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, **eficiência** e razoabilidade.

O princípio da eficiência exige da administração pública a adoção de posturas e de práticas que eliminem da execução de suas atribuições, obrigações e competências quaisquer condutas, métodos e escolhas que venham a prejudicar o eficaz gerenciamento de recursos e serviços públicos.

O Ministro Alexandre de Moraes afirma que o princípio da eficiência:

"impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Nota-se que não se trata de consagração da tecnocracia, muito pelo contrário, o princípio da eficiência dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a prestação de serviços essenciais à população, visando a adoção de todos os meios legais e morais possíveis para a satisfação do bem comum."

(Moraes, Alexandre

Complementando este entendimento, Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o referido princípio:

"apresenta dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação de agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os



melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.”

Isto posto, destacamos que o objeto principal do PL, qual seja:

Art. 1º - O Município de Belo Horizonte reconhece a prática do *wheeling*, bem como outras práticas que se assemelhem às exhibições típicas do seguimento, em local devidamente destinado a essa finalidade, como prática esportiva nos termos desta lei.

Assim, temos que o Projeto pretende o reconhecimento do “*wheeling*” como prática esportiva no município de Belo Horizonte.

Nesse sentido, temos que o Projeto de Lei 139/2021 é inócuo, uma vez que contraria o princípio constitucional da eficiência, por não inovar o ordenamento jurídico, pelo que pretende declarar como prática esportiva algo que efetivamente **já é um esporte em âmbito nacional**.

Temos que o “*wheeling*” enquanto esporte é praticado no Brasil em locais destinados para tal finalidade, bem como também em vários outros países, inclusive com a existência de campeonatos, ranking e regulamentos.

Inclusive, verifica-se que a prática esportiva do “*wheeling*” faz parte do quadro de modalidades da Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e da Confederação Brasileira de Esportes Radicais (CBER).



Na justificativa do próprio PL 139/2021, os autores afirmam em suas razões que o “wheeling” já é uma prática esportiva no Brasil:

“Consiste a modalidade esportiva wheeling na realização de manobras e acrobacias de solo sobre duas rodas, nas quais força e equilíbrio são exigidos ao máximo dos praticantes.

E também:

(...) No Brasil, a modalidade tem crescido, conquistado públicos e foi, recentemente homologado pela Confederação Brasileira de Motociclismo – CBM, passando a ser modalidade disputada em campeonatos brasileiros desde 2013.

Por fim:

Entretanto, enquanto modalidade esportiva vem crescendo a cada dia e merece atenção e estímulo do Poder Público. No Brasil, o esporte começou a ficar popular nos anos 90, existindo atualmente muitos praticantes no país.

Outra questão que merece destaque, ainda tendo em vista o princípio da eficiência e seus desdobramentos, é que não cabe ao Poder Público definir o que é esporte ou não. Ele tem a obrigação de fomentá-lo, incentivá-lo, conforme se verifica no art. 217 de nossa Constituição Federal:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;



II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Elevar uma determinada prática ao nível de esporte, é algo natural da sociedade, que acontece em decorrência de seu próprio desenvolvimento. A partir daí surgem regras, regulamentos, confederações, agremiações, para organizar competições, eventos e as próprias modalidades, como é o caso do "*wheeling*".

Segundo definição da "Oxford Languages", esporte é definido como:

"prática metódica, individual ou coletiva, de jogo ou qualquer atividade que demande exercício físico e destreza, com fins de recreação, manutenção do condicionamento corporal e da saúde e/ou competição; desporte, desporto."

Desta forma, a prática do "*wheeling*" em locais reservados para tanto, já é um esporte no Brasil e no mundo, não cabendo a uma Lei conferir tal status ao mesmo.

Para corroborar com esse entendimento, fazemos menção ao Conselho Nacional do Esporte, vinculado ao Ministério do Esporte, transcrevendo aqui trecho da ata da 38ª Reunião Ordinária realizada em 23 de junho de 2017:



"O Sr. Ministro faz a leitura do segundo item da pauta e passa a palavra ao conselheiro Leandro Cruz, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, relator da matéria. O Sr. Leandro Cruz resgata a antiga polêmica que vem desde a primeira reunião do conselho na nova gestão do Ministério e faz leitura do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010), que em seu artigo 22 reconhece a capoeira como desporto de criação nacional, nos termos do artigo 217 da Constituição Federal. Prossegue informando que neste caso, como já existe Lei reconhecendo a capoeira como esporte, não compete ao CNE deliberar sobre o assunto, declarando o mesmo prejudicado. O conselheiro Jorge Steinhilber afirma não ter dúvidas de que a Lei já determina como esporte, mas pondera que o assunto precisa ser ratificado, inclusive levando em consideração o trabalho desenvolvido ao longo de tanto tempo. O conselheiro Humberto acompanha a proposta do conselheiro Jorge Steinhilber e acredita que há necessidade de ratificação, afirmando ainda, que a matéria precisa ser tratada pelo CNE. O Presidente do CNE afirma que o entendimento do legislador ordinário, que vem sendo acompanhado pelos julgamentos pelos Tribunais é o da autodeterminação, não cabendo ao CNE dizer se a modalidade é ou não esporte. Prossegue dizendo que outras modalidades também requereram o reconhecimento como esporte. Afirma ainda que seu posicionamento pessoal é para encaminhar pelo princípio da autodeterminação, cabendo ao Ministério somente definir critérios para repasse de recursos. Pondera que não se pode ratificar uma Lei, e que a Lei só pode ser cumprida e reforça a ampla divulgação da legislação existente. O conselheiro Robson Gracie informa sobre a existência de Lei estadual que cria profissão para praticantes de artes marciais e informa que são 110 mil profissionais. Afirma ainda que não



possui uma formação específica mas que esta lei criou a profissão aos que não possuem tal formação. Segue elogiando as palavras do Sr. Ministro e concorda com o seu raciocínio. A conselheira Simone agradece ao apoio no congresso do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte - CBCE, realizado em Goiânia e afirma que se busca uma normatização, mas não se consegue explicar o motivo para isso. Prossegue dizendo que este assunto vem desde 2008 e que recebeu inúmeras reclamações sobre o não chamamento de pessoas que efetivamente vivem a capoeira em seu dia a dia. Observa as questões jurídicas que foram colocadas e afirma que não se pode dividir a capoeira cultural da capoeira esportiva, pois só um grupo associado poderia se beneficiar de repasses financeiros, excluindo a grande maioria dos praticantes, criando exclusão. Finaliza informando que tem posição contra o reconhecimento, pois não se pode legitimar algo que já está concretizado. O conselheiro Jorge afirma estar triste porque não se pode trazer questões ideológicas para este conselho e afirma que não existe outro interesse além do social. Prossegue afirmando que em nenhum momento se retirou a capoeira de seu berço cultural, e que a cultura já é reconhecida, mas que também é uma atividade esportiva. Entende ainda que o conselho tem atribuição para deliberar sobre o tema. A conselheira Simone afirma que a ideologia está no cotidiano e que a capoeira nasce dos afrodescendentes, culturalmente. O Sr. Ministro faz então a leitura do artigo do estatuto da igualdade racial e da Constituição Federal para mostrar que a própria Constituição caminha para princípio da autodeterminação. Prossegue informando sobre a hierarquia das normas. O conselheiro Bernard afirma que não há necessidade de tantos argumentos para uma questão que sequer caberia deliberação. O conselheiro Aivaldo afirma que em nenhum momento foi questionado a existência da Lei. Acredita que caberia



ao conselho simplesmente informar a existência da Lei. Afirma ainda que não se pode discutir o que é ou o que não é atleta, e que regulamentar demais cria obstáculos. O conselheiro Bernard afirma que o conselho ficaria sujeito a questionamentos, pois como se pode referendar ou não um esporte que já existe e que é praticado há muitos anos por grande parte da sociedade. O conselheiro Mauzler afirma que não é competência do conselho reconhecer modalidade esportiva, pois entende que isso cabe às entidades esportivas. Finaliza afirmando que o esporte é reconhecido pela sociedade. O conselheiro Panzetti retifica seu entendimento e afirma que a Lei já definiu a capoeira como esporte e sugere que seja dada ampla divulgação da legislação, concordando com a posição do Sr. Ministro. O Presidente do Conselho encaminha o assunto para deliberação, sendo aprovado por maioria o entendimento de que não cabe ao CNE definir o que é esporte, sendo este caso de autodeterminação, ficando vencido o conselheiro Jorge que entende que cabe ao CNE deliberar sobre o tema. Ficou estabelecido desta forma que a capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, por força da Lei e que não cabe ao Conselho deliberar sobre o que é ou não é esporte. Quanto ao repasse de recursos públicos, existem outros critérios para avaliação. Definiu-se que serão encaminhadas respostas às entidades que requereram o reconhecimento com a deliberação aprovada pelo CNE. Na seqüência, o Conselheiro Leandro Cruz comunicou a todos que o Ministério do Esporte, por meio da SNELIS, e Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO lançarão no dia 08 de julho vindouro, ações de legado esportivo social com o objetivo de receber a comunidade do entorno do Parque Olímpico para prática esportiva. Serão ofertadas 450 vagas em 12 modalidades. O Conselheiro Mauzler



informou que representou o Conselho Nacional do Esporte no lançamento do Karatê Paulista visando Tóquio 2020. Às 13h12 o Presidente agradece a presença de todos e finaliza a reunião agendando o próximo encontro para o dia 11 de agosto de 2017, às 10:00 horas, no Velódromo do Parque Olímpico da Barra, Rio de Janeiro/RJ.”

(<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/conselho-nacional-do-esporte/reunioes>)

Por fim, destacamos que tramita nessa casa o Projeto de Lei 138/2021 que “*Declara Belo Horizonte Capital Nacional do Wheeling – 'grau'.*”

Constata-se pela intenção de se declarar o município de Belo Horizonte como capital nacional do “*wheeling*”, que tal prática já é uma modalidade esportiva em nosso país, o que reforça a argumentação apresentada nesse parecer sobre o presente Projeto.

Assim, entendemos que além de não ser a via legal uma maneira legítima de definir que determinada prática é esporte, temos que a proposição em análise também não inova o ordenamento jurídico ao intentar declarar como prática esportiva algo que efetivamente já é. Concluimos, portanto, pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 139/2021.

1.2) Da Legalidade e da Regimentalidade

Tendo em vista a constatação da **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei 139/2021, restam prejudicados os exames da Legalidade e Regimentalidade do mesmo.



2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são *pela **inconstitucionalidade*** do Projeto de Lei nº 139/2021.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.


Vereador Jorge Santos
Relator



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 186/2021
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 207/2021 de autoria dos nobres Vereadores Juninho Los Hermanos e Léo, que ***“Autoriza a desafetação e a alienação, na forma de venda ou permuta, de área localizada no Bairro Ouro Preto”***.

Considerando que a Lei Federal nº 8.666/93 estabelece como condições para alienação de bens públicos imóveis o interesse público justificado, a autorização legislativa, a avaliação prévia e a licitação na modalidade concorrência (a Lei Federal nº 14.133/21 acresce a possibilidade do leilão), seja o Projeto baixado em diligência nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil a fim de que seja informado:

- 1) Verifica-se a existência de interesse público na desafetação e alienação da área mencionada no PL 207/2021?
- 2) Em que momento o Executivo poderia proceder e disponibilizar a avaliação dessa área, de modo a permitir que a Câmara aprecie a matéria considerando essa informação?

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2021.


Vereador Jorge Santos

Relator

Projeto de Lei Legislativa-25-Out-2021-09:22-003027-1/2

Projeto de Lei Legislativa-25-Out-2021-15:01-003027-1/2

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI 181/2021

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Wesley que *Dá o nome de Lia Borges à Praça 4299, no Bairro Dom Cabral.*

A justificativa do Autor encontra-se disposta nas fls. 02/24.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 25/32.

Designado Relator para a matéria, solicitei diligência ao Executivo Municipal para certificar a possibilidade de sucesso do projeto em apreço. Aprovado pela Comissão de Legislação e Justiça, o requerimento retornou com resposta (fls. 37/49).

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Em suma, o Projeto de Lei nº 181/2021 objetiva denominar como *Lia Borges* à Praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Nove (popularmente conhecida como Praça da Comunidade), código 300130, no Bairro Dom Cabral.

Tal proposição busca homenagear a Sr. Maria das Graças, mais conhecida como Dona Lia Borges, falecida no dia 29/12/2020.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

PROJ. DE LEI Nº 181/2021 - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - 25-04-2021 - 11:25 - 00001-1/2



Quanto à competência, importante destacar que a Magna Carta de 1988 dispõe, no artigo 30, inciso I, que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local. No mesmo sentido disciplina o art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar “sobre assuntos de interesse local”.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Portanto, o Projeto de Lei nº 181/2021 – ao objetivar dar o nome de *Lia Borges* à Praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Nove (popularmente conhecida como Praça da Comunidade), código 300130, no Bairro Dom Cabral – afigura-se constitucional, uma vez que se encontra em conformidade com o art. 30, inciso I, da Magna Carta de 1988 e com o art. 171, I, da Carta Mineira.

Nestes termos, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, afigura-se adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Juridicidade e da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com os

princípios, consagrados pelos diversos ramos do Direito, que informam o ordenamento jurídico.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Em princípio, cumpre observar que, apesar de o próprio a ser nomeado não possuir aprovação de parcelamento de solo, o art. 4º da Lei 9.691/2009 não exclui a possibilidade de a Praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Nove constituir-se logradouro oficial. *In verbis*:

Art. 4º - É logradouro oficial aquele que atenda a, pelo menos, uma das seguintes condições:

I - estar oficializado em planta de parcelamento do solo aprovada;

II - constituir terreno integrante do patrimônio público;

III - ter sido implantado pelo poder público.

Neste sentido, em favor do Projeto de Lei em apreço advoga a resposta à diligência aprovada por esta Comissão. Conforme apresentado no documento emitido pela Gerência de Bens Imóveis, o espaço em que se encontra a Praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Nove foi doada ao Município pela Caixa Econômica Federal, segundo informa a Escritura de 16 de outubro de 1984 (Livro 114, Folhas 71 do Cartório do 7º Ofício de Notas da Capital).

Diante de tal documento, resta claro que a Praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Nove é um logradouro oficial, haja vista a sua área *constituir terreno integrante do patrimônio público*, conforme regula o inciso II do art. 4º da Lei 9691/2009.

Satisfeita essa condição inicial para a nomeação da Praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Nove, qual seja, a área ser um logradouro, parte-se para as demais análises pertinentes ao tópico da legalidade.

Destaca-se que, para estar em sintonia com a legalidade e antijuridicidade, a proposição em comento deve encontrar-se em estrita conformidade com a Lei Orgânica do Município, sob pena de incorrer em vício de iniciativa.

Neste sentido, ressalta-se que o Projeto de Lei nº 181 encontra-se em harmonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

4

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Ademais, a proposição em apreço também foi construída em estrita observância aos arts. 87 e 88 da LOMBH.

Art. 87 - A iniciativa de lei cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.

Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - da Mesa da Câmara:

a) o regulamento geral, que disporá sobre a organização da Secretaria da Câmara, seu funcionamento, sua polícia, criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função, regime jurídico de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e o disposto nos arts. 49, §§ 1º e 2º, e 57;

b) a autorização para o Prefeito ausentar-se do Município;

c) a mudança temporária da sede da Câmara;

II - do Prefeito:

a) a criação de cargo e função públicos da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;

b) o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluído o provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria;

c) o quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município;

- d) a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo;
- e) os planos plurianuais;
- f) as diretrizes orçamentárias;
- g) os orçamentos anuais;
- h) a concessão de isenção, benefício ou incentivo fiscal;
- i) a divisão regional da administração pública.

Tendo em vista a análise dos dispositivos mencionados, constata-se que inexistente usurpação de competência para obstar a tramitação do Projeto de Lei nº 181/2021.

Por fim, para lograr êxito na proposição em tela, o legislador deve observar os preceitos legais estabelecidos pela Lei 9.691/2009, que disciplina a identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano no município de Belo Horizonte. Observa-se, pois, que o projeto de lei foi instruído com os documentos exigidos pelo art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e 29 da referida Lei nº 9.691/09.

Frente ao explanado acima, não há que se falar em ilegalidade e antijuridicidade na proposição.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 181/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

2.4 Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

4

No mérito, reportamo-nos à confiança absoluta havida nas informações do ilustre colega Vereador Wesley, de conduta irrefutável e ilibada.

Evidencia-se, portanto, ser relevante denominar como *Lia Borges* à Praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Nove, no Bairro Dom Cabral, uma vez que esta distinta cidadã sempre foi benquista pela comunidade e trouxe inúmeros benefícios para a região. Não resta dúvidas, portanto, quanto à necessidade de prestar honrosa homenagem à Dona Lia Borges.

Nestes termos, em análise de mérito, afigura-se aprovado o projeto de lei supracitado.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação do Projeto de Lei nº 181/2021.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2021.


Vereador Iran Melo